DIRIGENTE: Doutor José Adalberto Dazzi - PROCURADOR DE JUSTIÇA. EQUIPE DE APOIO: ALZENI BONELA VITORINO POLETTI, Carmen das Graças Coser, FRANCILENE FIGUEIREDO SALES, MARIA DA PENHA FERREIRA NASCIMENTO e RAÍSSA PEREIRA DE MEDEIROS.

Vitória, 06 de março de 2015.
ISABELA DE DEUS CORDEIRO
COORDENADORA DA SECRETARIA EXECUTIVA DOS CENTROS DE APOIO OPERACIONAL

FABIULA DE PAULA SECCHIN
SUBCOORDENADORA COORDENADORA DA SECRETARIA EXECUTIVA DOS CENTROS DE APOIO

Protocolo 135261

Poder Legislativo

Assembléia Legislativa do Espírito Santo - ALES -

LEI Nº 10.351

Institui a obrigatoriedade de vigilante do sexo feminino nos estabelecimentos financeiros localizados no Estado e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, faço saber que a Assembleia Legislativa manteve, e eu, Theodorico Ferraço, seu Presidente, promulgo nos termos do artigo 66, parágrafos 5º e 7º da Constituição Estadual, a seguinte Lei:

Art. 1º Ficam os estabelecimentos de prestação de serviços financeiros localizados no Estado, nos quais o ingresso de funcionários, clientes e usuários em suas dependências seja controlado, entre outros meios, com a utilização de equipamentos detectores de metal, obrigados a dispor de ao menos um vigilante do sexo feminino para fins de revista, regular ou eventual, em pessoas do sexo feminino, bem como em seus pertences, durante todo o período de atendimento ao público.

Art. 2º Para efeitos desta Lei, compreende-se como estabelecimentos de prestação de serviços financeiros:

I - os bancos oficiais e privados, sociedades de crédito e associações de poupança, em suas agências, postos de atendimento, subagências e seções;

II - as casas lotéricas;

III - as agências dos Correios (Banco Postal), em administração direta ou de operação franqueada;

IV - os correspondentes bancários;

V - as cooperativas singulares de crédito e suas respectivas dependências.

Art. 3º Os estabelecimentos abrangidos por esta Lei que infringirem as disposições aqui estabelecidas ficam sujeitos às seguintes penalidades:

I - advertência: quando o estabelecimento financeiro será notificado para que efetue, em até 90 (noventa) dias da data da notificação, a adequação de seu funcionamento ao que estabelece a presente Lei;

II - multa: quando esgotado o prazo concedido, na forma do inciso I, não sendo regularizada a pendência verificada e, assim, persistindo a infração, será aplicada ao estabelecimento infrator multa equivalente a 2.000 (dois mil) Valores de Referência do Tesouro Estadual - VRTEs.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio Domingos Martins, 09 de março de 2015.

THEODORICO FERRAÇO

Presidente

Protocolo 135122

Poder Judiciário

Tribunal Regional Eleitoral - TRE -

ATO Nº 159, de 10.03.15.

O DESEMBARGADOR ÁLVARO MANOEL ROSINDO BOURGUIGNON, PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO ESPÍRITO SANTO, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE

Efetuar a designação para substituição na forma seguinte:

SERVIDOR SUBSTITUTO: Bruno Moulin Campos Suzano

SERVIDOR SUBSTITUÍDO: Renato Meneguelli Pechinho

FUNÇÃO COMISSIONADA: Chefe de Cartório da 28ª Zona Eleitoral - Muqui/ES

MOTIVO DA SUBSTITUIÇÃO: Compensação do titular

PERÍODO DA SUBSTITUIÇÃO: 11.03.2015 a 13.03.2015

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: art. 38 e parágrafos da Lei nº 8.112/90, com redação conferida pela Lei

nº 9.527/97 c/c a Resolução TRE nº 146/10 e a Resolução TSE nº 23.411/14.

DES. ÁLVARO MANOEL ROSINDO BOURGUIGNON
PRESIDENTE

Protocolo 135222

Publicações de Terceiros

Fabio Leal de Menezes, CPF 370.348.802-63, torna público que REQUEREU da SEMMA através do processo nº 4.762 / 2014, A Licença Simplificada para atividade de Escavação e retirada de terra, situada no endereço Rua Guimarães Júnior, Jardim Limoeiro - Serra/ES.

Protocolo 130155

WESLEY SOAVE ZANI-ME, CNPJ 21.321.928/0001-48, torna público que REQUEREU da SEMMA através do processo nº 93.352/2014, A Licença Simplificada para atividade de Bares, boate e similares com música mecânica ou ao vivo, situada no endereço Av Manoel Jacinto da Silva, Vista da Serra 1 - Serra/ES.

Protocolo 130166

ESTRELA SERRANA CARNES E DERIVADOS S.A.

CNPJ 39.819.354/0001-06
Extrato de AGE realizada na sede da companhia em 24.02.2015. Deliberações: 1) Fica nomeada para o cargo de DIRETOR INDUSTRIAL: JUASSETTE DE QUEIROZ STURZENEKER. Em seguida, ficou decidido que os diretores não receberão honorários. A DIRETORIA

Protocolo 134111

ORNATO S/A - INDUSTRIAL DE PISOS E AZULEJOS
CNPJ 28.167.955/0001-57
NIRE 32300004113

AVISO AOS ACIONISTAS

Comunicamos aos acionistas da Ornato S/A - Industrial de Pisos e Azulejos, que se encontram à sua disposição, na sede social da empresa, na Avenida Guarapari, nº 839, 2º Pavimento, Vila Nova, Município de Serra, Estado do Espírito Santo, os documentos a que se refere o artigo 133 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, relativos ao Exercício Social, encerrado aos 31 de dezembro de 2014.

Carapina, Serra, ES, 04 de março de 2015.

DIRETORIA

Protocolo 134266

COMUNICADO

Gilson Barbosa, Torna público que requereu ao IEMA, através do processo nº 69620148, Licença LAR, para Industrialização de carne, incluindo desossa e charqueada etc, no Município de Iúna-ES.

Protocolo 134658

GS INTERNACIONAL S. A.
NIRE: 3230002889-6 /
CNPJ/MF: 31.750.870/0001-01
EXTRATO DA ATA DE

REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO REALIZADA EM 20 DE NOVEMBRO DE 2014,

certifico, para os devidos fins, na qualidade de Presidente do Conselho de Administração da GS Internacional S.A. ("Companhia") que, em 20 de novembro de 2014, às 09:00 horas, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, no Hotel Renaissance, na Alameda Santos, no 2.233, CEP 01419-002, reuniram-se os membros do Conselho de Administração da Companhia, Senhores: Paulo Sérgio Gomes Soares, Ronald Henry Shiftan, Daniel Todd Siegel, Carlos Emílio Bartilotti e Márcio Laest Duarte dos Santos, tendo sido por eles aprovado, em conformidade com a ordem do dia, por unanimidade de votos e sem quaisquer restrições, o seguinte:

(i) Proposta de alteração do Estatuto Social da Companhia:

Ad referendum da Assembleia Geral de Acionistas da Companhia, de acordo com o artigo 6, parágrafo 3o, alínea (a), do Estatuto Social em vigor, os conselheiros presentes sugeriram alterações à alínea (r) do parágrafo 3o do artigo 6 e a alteração e transformação do parágrafo único em parágrafo primeiro e inclusão do parágrafo segundo do artigo 17 do Estatuto Social da Companhia, conforme propostas Artigo 6, parágrafo 3º, alínea (r): "(r) a emissão de quaisquer dívidas pela Companhia, lastreadas ou não, e a celebração pela Companhia de qualquer contrato de financiamento ou empréstimo e quaisquer Ônus e garantias relacionadas a tais financiamentos e empréstimos (exceto financiamentos ou empréstimos de curto prazo de qualquer valor e exceto empréstimos e financiamentos de longo prazo até o valor de R\$ 3.000.000,00 (três milhões de Reais)." Artigo 17: "Parágrafo primeiro. As procurações serão outorgadas e revogadas por 2 (dois) membros da Diretoria, e especificarão os poderes concedidos, e, exceto aquelas concedidas para fins judiciais, terão prazo limitado e não superiores a 3 (três) anos Parágrafo segundo. Exceto para os assuntos que envolvam processos junto às instituições financeiras tais como pagamentos, recebimentos, e assinatura de contratos, que deverão ser observados rigorosamente o caput do artigo, os procuradores poderão representar a empresa, isoladamente, perante órgãos públicos Federais, Estaduais e Municipais, bem como suas autarquias, sucursais e delegacias." **(ii) Proposta do Orçamento da Companhia para o exercício social de 2015:** O Presidente convidou o Diretor Financeiro da Companhia, Sr. Guido Hausmann, e o consultor de negócios para grandes redes de varejo, Sr. Grant Gullledge, para apresentar a proposta do orçamento da Companhia para o exercício social de 2015. O Sr. Guido explicou as principais variações das demonstrações de resultados em comparação com a